

Contratos de dinamização cultural

11. Apoios Financeiros - Contratos de dinamização cultural.

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga, tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos:

- a) ARCUM – Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho, no valor de 2.000,00€.
- b) Associação Musical Sinfonietta de Braga, no valor de 45.000,00€.
- c) Associação Cultural e Recreativa Os Bravos da Boa Luz, no valor de 3.000,00€,
- d) Rancho Folclórico Típico de Santa Maria de Sequeira, no valor de 2.000,00€,
- e) Encontros da Imagem -Associação Cultural, no valor de 50.000,00€,
- f) Menosmuitomais, CRL, no valor de 15.000,00€,
- g) Fundação Bracara Augusta, no valor de 75.000,00€.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Data: 06/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Encontros da Imagem – Associação Cultural

A **Encontros da Imagem – Associação Cultural**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 9/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 9/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/22813/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, dos projetos “34.º Encontros da Imagem – Festival Internacional de Fotografia e Artes Visuais” e “Galeria da Estação – Encontros da Imagem”, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida entidade prossegue uma atividade regular e é instituída com um fim de promoção, divulgação e incentivo à criação artística, formação e desenvolvimento de novos públicos no domínio das Artes Visuais, nomeadamente, na área da fotografia e artes digitais. O seu projeto cultural, contínuo e diferenciador, concretiza-se numa programação regular, do festival anual “Encontros da Imagem – Festival Internacional de Fotografia e Artes Visuais” e do projeto expositivo “Galeria da Estação – Encontros da Imagem”. Importa ainda referir que a sua atividade tem como princípio o conferir de uma maior visibilidade e projeção nacional e internacional, à produção artística e cultural local, contribuindo para a dinâmica e desenvolvimento do ecossistema artístico e cultural bracarense. Saliente-se ainda que o festival “Encontros da Imagem - Festival Internacional de Fotografia e Artes Visuais”, na sua 34.ª edição, é um festival de referência a nível nacional e internacional, assumindo especial relevância em termos do reforço e contributo da produção e do consumo cultural na cidade. Este evento apostando numa programação eclética e diferenciadora, consubstancia-se enquanto plataforma de divulgação de novas produções fotográficas de artistas com trabalhos consolidados no panorama nacional e internacional, a par de contribuir para o desenvolvimento e valorização da cultura fotográfica. É de salientar, de igual modo, o estabelecimento de relações de parcerias com instituições e de colaborações artísticas com outros festivais congéneres. No mesmo sentido, o projeto “Galeria da Estação – Encontros da Imagem” pretende afirmar-se como um novo espaço expositivo, basilarmente dedicado à fotografia, com uma programação regular, que introduz uma nova dinâmica cultural à cidade, especialmente no intento de conferir uma nova centralidade ao denominado Edifício da Estação enquanto polo cultural. Saliente-se ainda que a sua atividade no domínio artístico tem sido reconhecida pela Direção-Geral das Artes (DGARTES) materializada através da concessão de apoio a projetos apresentados ao abrigo de programas específicos. Refira-se ainda que se encontra em consonância com a estratégia de afirmação da cidade de Braga no domínio artístico e cultural, e prossegue os objetivos estratégicos definidos para a cultura e que se encontram explanados na Estratégia Cultural 2030.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **50.000,00 euros** com a Encontros da Imagem – Associação Cultural, pessoa coletiva n.º 507 781 651, com sede no Largo da Estação, Edifício da Estação, n.º 40, Salas 5 e 6, 4700-223 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Data: 06/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Rancho Folclórico Típico de Santa Maria de Sequeira

O **Rancho Folclórico Típico de Santa Maria de Sequeira**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 22/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 22/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/84275/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, a suprarreferida é uma entidade que tem por missão a dinamização de ações tendentes à salvaguarda, preservação, divulgação e valorização do património cultural existente. Refira-se a importância da sua ação consolidada num exercício dinâmico e contínuo, com uma importante atuação no campo do reforço de preservação e salvaguarda das tradições culturais, sendo estas componentes essenciais na construção identitária e na preservação da memória coletiva. Através do planeamento e realização de um conjunto de iniciativas diversas, que se concretizam sobretudo pela recriação e reinterpretação das tradições, usos e costumes herdados e sua transmissibilidade geracional, consubstanciam a valorização da cultura e das vivências tradicionais, contribuindo desta forma para o enriquecimento da dinâmica e da diversidade cultural e artística existente no território. Saliente-se que o seu projeto cultural é garante da acessibilidade à cultura e ao património, materializado em práticas culturais e artísticas que asseguram a sua fruição por uma parte significativa da população, permitindo simultaneamente o fomento da interação social e do incremento de uma participação efetiva da comunidade. Destaque-se ainda que o seu programa contribui para a formação e desenvolvimento individual e coletivo, e consolidam efetivamente o conhecimento do património histórico-cultural e promovendo simultaneamente o reforço da cidadania ativa e do envolvimento comunitário.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **2.000,00 euros** com o Rancho Folclórico Típico de Santa Maria de Sequeira pessoa coletiva n.º 501 660 100, com sede na Rua da Escola, n.º 7 A, 4705-629 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Data: 08/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Associação Cultural e Recreativa Os Bravos da Boa Luz

A **Associação Cultural e Recreativa Os Bravos da Boa Luz**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 339/2019, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 339/2019, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/23362/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, da iniciativa específica “Festas em Honra a Santo António e Marchas Populares de Santo António”, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida associação tem uma iniciativa cultural associada aos tradicionais festejos alusivos aos santos populares. Esta atividade, realizada anualmente e com caráter regular, é impregnada de uma linha de ação de promoção e divulgação do património cultural existente, através da realização de um programa celebrativo constituído por atividades diversas que prosseguem um objetivo de valorização da tradição cultural e da memória coletiva, fomentando simultaneamente a cidadania ativa e o envolvimento comunitário. Saliente-se ainda que esta prática cultural, profundamente enraizada no seio comunitário, assume especial relevância em virtude de refletir a identidade cultural local e reforçar a diversidade cultural no concelho. Refira-se ainda a importância da preservação desta manifestação cultural singular e identitária local e suas dinâmicas, que além de representarem a celebração de um período festivo característico da cultura popular portuguesa, contribuem para a valorização, divulgação e defesa do património cultural, promovem a criatividade, solidariedade e o espírito de iniciativa, a par de reforçarem a atratividade turística do território.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **3.000,00 euros** com a Associação Cultural e Recreativa Os Bravos Da Boa Luz, pessoa coletiva n.º 513 339 990, com sede na Avenida São Miguel O Anjo, n.º 17, 4700-443 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Data: 08/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Associação Musical Sinfonietta de Braga

A **Associação Musical Sinfonietta de Braga**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 238/2016, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 238/2016, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/23549/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, dos projetos específicos “Falando de Música VII”, “Festival Arcada - 3.ª edição” e “Re:opera”, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida entidade prossegue uma atividade regular e é instituída com um fim de promoção, divulgação e incentivo à criação artística, formação e desenvolvimento de novos públicos na área da música erudita. O seu projeto cultural, contínuo e diferenciador, encontra-se basilamente imbuído na tríade: formação e desenvolvimento de públicos, criação de património musical e valorização e formação dos profissionais do meio musical. Importa referir que a sua atividade cultural concretiza-se no estabelecimento de colaborações artísticas, procurando simultaneamente evidenciar o talento nacional, firmado pela junção aos projetos artistas reconhecidos no panorama musical português, assim como, importar a experiência de artistas ao nível internacional que contribuam para o seu desenvolvimento artístico, e de parcerias institucionais, tais como, o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga e o Conservatório Bomfim, entre outras. Saliente-se ainda que a sua atividade no domínio artístico tem sido reconhecida pela Direção-Geral das Artes (DGARTES) materializada através da concessão de apoio a projetos apresentados ao abrigo dos programas: Programa de Apoio a Projetos, domínio da criação (2019-2021) e do Apoio Sustentado Bienal (2023-2024). Importa ainda referir que a sua atividade tem como princípio o conferir de uma maior visibilidade e projeção nacional e internacional à produção artística e cultural local, contribuindo para a dinâmica e desenvolvimento do ecossistema artístico e cultural bracarense, nomeadamente, pelo trabalho desenvolvido ao nível do envolvimento e colaboração com artistas locais e com a criação de parcerias estratégicas que permitam a circulação nacional dos projetos e o intento da sua projeção internacional. Saliente-se que se encontra em consonância com a estratégia de afirmação da cidade de Braga no domínio artístico e cultural, e prossegue os objetivos estratégicos definidos para a cultura e que se encontram explanados na Estratégia Cultural 2030. Ressalve-se ainda a importância dos projetos, “Falando de Música VII”, fundado nos princípios da descentralização e democratização do acesso à cultura e que se propõe como uma resposta para a mitigação das assimetrias geográficas no panorama da música erudita, edificado numa efetiva mediação cultural e artística com as comunidades locais, o projeto “Festival Arcada - 3.ª edição”, sendo este um festival alusivo em termos de designação ao património cultural identitário da cidade e tem como objetivos: a criação de um epicentro nacional de formação e performance no domínio das cordas friccionadas, promover o trabalho realizado pelas instituições de ensino de música da cidade e promover a sensibilização e formação de novos públicos para o ensino e performance das cordas friccionadas, e o projeto “Re:opera” que se propõe como um projeto do domínio da criação experimental transdisciplinar, com o intento de deselitizar um género operático transformando-o num género musical acessível à população, através da criação de um produto artístico com base no Fado, Património Cultural Imaterial da Humanidade, e com potencial de circulação nacional e internacional.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **45.000,00 euros** com a Associação Musical Sinfonietta de Braga, pessoa coletiva n.º 507 725 476, com sede na Rua da Fundação Calouste Gulbenkian n.º 236, 4710-394 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Data: 09/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: ARCUM - Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho

A **ARCUM – Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 35/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 35/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/81344/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, da iniciativa específica “XXXIII FITU Bracara Augusta”, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma associação fundada em 1991 e é instituída com um fim de recolha, investigação, divulgação e ensino da música portuguesa, bem como a defesa da etnografia e do património cultural, e da promoção do intercâmbio cultural e recreativo com outras instituições nacionais e estrangeiras congêneres. É uma associação constituída por sete grupos, nomeadamente, GMP - Grupo de Música Popular da Universidade do Minho, GPUM - Grupo de Poesia da Universidade do Minho, TUM - Tuna Universitária do Minho, GFUM - Grupo Folclórico da Universidade do Minho, Bomboémia - Grupo de Percussão da Universidade do Minho, Tun'ao Minho – Tuna Académica Feminina da Universidade do Minho e Grupo de Fados da ARCUM. De referir que seu projeto se concretiza na programação cultural de diferentes iniciativas e em apresentações públicas, realizadas pelos grupos culturais constituintes. Neste sentido, o festival internacional de tunas universitárias designado por “XXXIII – FITU Bracara Augusta”, organizado pela Tuna Universitária do Minho, insere-se na programação anual de eventos de pela entidade e contribui para o enriquecimento do panorama cultural bracarense. De salientar que esta iniciativa cultural, encontra-se profundamente enraizada no seio da comunidade académica, assumindo especial relevância em termos da introdução de novas dinâmicas culturais, com base em atividade associativa estudantil. Refira-se ainda a importância da atividade para efeitos de promoção da cultura, dos costumes e tradições académicas bracarenses e do seu contributo para o fomento da criatividade, inovação e o espírito de iniciativa, e para o reforço da diversidade cultural existente no território.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **2.000,00 euros** com a ARCUM - Associação Recreativa e Cultural Universitária Minho, pessoa coletiva n.º 502 652 381, com sede na Rua Dom Pedro V, n.º 88, R/C, 4710-374 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Data: 09/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Fundação Bracara Augusta

A **Fundação Bracara Augusta**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 96/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...”
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 96/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/23642/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, dos projetos e iniciativas específicas, “Encontros com o Património”, “Roteiro da Resistência [e lugares de poder] em Braga (1926/1975), Comemorações dos “400 anos da morte de Francisco Sanches”, Investigação, estudo e publicação “Voltas de Macada”, Edição do “Passaporte Património”, Dinamização do projeto “Empurrão Cultural”, Constituição da “Rede Municipal de Museus, Núcleos Interpretativos e Sítios de Natureza Patrimonial de Braga”, Preparação, lançamento e realização de um “Congresso de Arqueologia Urbana” em Braga em 2025, Estudo com vista ao desenvolvimento de um projeto piloto “Lugar (ao) Sol”, “Roberth Smith: 50 anos do Congresso Internacional em Braga: Música e Literatura”, “Estratégia Municipal para o Património”, “Fórum do Património 2024”, “Memórias do tanque” e “Património Ambiental e Natural de Braga”, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:
 - “i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”
 - “ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”
 - “iii. Valorização do património cultural do Município”
 - “iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”
 - “v. Parcerias de produção e intercâmbio”
 - “vi. Iniciativas destinadas a públicos infantis e juvenis, nomeadamente complementares das atividades curriculares, fomentando o interesse das crianças e dos jovens pela cultura”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

“viii. Atividades ou projetos artísticos e culturais acessíveis a pessoas com deficiência”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1996. No seu núcleo de fundadores fazem parte o Município de Braga, a Universidade do Minho, a Universidade Católica Portuguesa e o Cabido Metropolitano e Primacial de Braga. É uma entidade declarada em termos de utilidade pública, ao abrigo do Decreto-Lei 460/77 de 7 de novembro, por despacho do Primeiro-Ministro de 23 de abril de 2009, publicado no Diário da República n.º 85, II.ª Série de 4 de maio de 2009, estatuto confirmado pelo despacho do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, n.º 9534/2013 de 5 de julho de 2013, publicado no Diário da República n.º 139, II.ª Série de 22 de julho de 2013, que passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012 de 9 de julho. Em 2024, o processo de renovação da utilidade pública foi aceite pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, tendo sido publicado em Diário da República e vigora por um período de 10 anos. A fundação é um consórcio de instituições de Braga que têm como principal missão, “a consolidação e definição de uma agenda cultural própria, no estabelecimento de pontes e de interações com todas as organizações e agentes que têm o património cultural de Braga como domínio da sua atividade e finalidade principal”, e que tem por objetivo “a cooperação cultural, mas também artística, económica, social, técnica e administrativa, entre as entidades que, igualmente, compõem a curadoria, a direção, a gestão, a organização e a intensificação de projetos e ações referentes à investigação, conservação e promoção da riqueza patrimonial e monumental de Braga”. De salientar que os projetos e iniciativas culturais e patrimoniais desenvolvidas, visam basilarmente, uma participação significativa da população e o envolvimento da comunidade bracarense, conseguido através da prossecução de atividades que criam uma articulação e estreitamento de relações de parceria com diversos agentes e entidades culturais, potenciando a criação de sinergias conducentes à promoção, valorização e salvaguarda patrimonial. Refira-se que no âmbito dos seus objetivos estratégicos, a entidade elenca, o desenvolvimento e articulação de uma política de intervenção cultural no domínio artístico e cultural, o desenvolvimento de um serviço de

formação, capacitação e empoderamento de jovens e instituições para o desenvolvimento cultural e social, o apoio e estímulo às manifestações culturais, com especial enfoque na divulgação do vasto património histórico e cultural existente, potenciar a implementação de uma política editorial e a realização de conferências, sobre o desígnio de preservar e divulgar o património cultural através da promoção de edições de carácter científico e cultural, entre outras. Saliente-se ainda a importância da atividade da entidade, em termos do contributo do seu programa para a dinamização cultural e patrimonial concelhia, com base no reforço do conhecimento, investigação e da cidadania. Sublinhe-se o seu especial contributo para a formação e sensibilização da população para a importância do seu legado histórico-cultural, de modo a preservar a memória coletiva e de reforçar o sentimento de pertença, prosseguido através do desenvolvimento de projetos com base na educação patrimonial e na criação de dinâmicas de reflexão, estudo e investigação, na perspetiva de melhoramento da eficácia e o impacto desenvolvido no território, assumindo-se assim como um importante consórcio de investigação e de valorização patrimonial de Braga. Evidencie-se ainda os pressupostos em termos de garantia de acessibilidade à cultura e ao património, transversais a todas as iniciativas da entidade e que atentem à reinserção de públicos social e intelectualmente menos favorecidos, e pela construção de projetos que potenciam a aproximação de novos públicos à cultura.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **75.000,00 euros** com a Fundação Bracara Augusta, pessoa coletiva n.º 503 984 701, com sede na Rua de Santo António das Travessas, n.º 26, 4700-040 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Data: 05/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Menosmuitomais, CRL

A **Menosmuitomais, CRL** devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 469/2024, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 469/2024, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/15631/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização do projeto com a designação “Orquestra Parkinsound”, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato da entidade, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida entidade desenvolve a sua atividade na área cultural, desde 2021, com enfoque no desenvolvimento de projetos artísticos na área da programação e apoio a projetos, nomeadamente na direção de produção e gestão financeira do projeto designado por “Orquestra Parkinsound”. Ressalve-se que este é um projeto singular de cariz participativo idealizado pela neurologista Margarida Rodrigues e pelo músico Pedro Santos, com o objetivo de oferecer uma experiência cultural integrada para pessoas portadoras da doença de Parkinsound, envolvendo-os ativamente na participação de uma orquestra comunitária. Paralelamente, será conduzido um estudo clínico para avaliar os efeitos desta intervenção tanto nos sintomas motores quanto nos não-motores, além de aferir o seu impacto na qualidade de vida dos participantes pela equipa do CNS – Campos Neurológico de Braga. Com este projeto distintivo e inovador, pretende-se possibilitar a integração e participação de cidadãos que se sejam portadores desta patologia clínica, conferindo a possibilidade e oportunidade efetiva de participação em processos criativos e artísticos, potenciando a sua participação e envolvimento ativo na sociedade, contrariando o isolamento social associado e, simultaneamente aumentar a sensibilização pública para a doença de Parkinson que se insere no grupo das doenças neurodegenerativas que provocam alterações e limitações do funcionamento motor e não motor, sendo responsável pela degradação do bem-estar e da qualidade de vida aos portadores. Este projeto além de aliar no seu desenho uma incorporação tecnológica, permitindo um contacto com a cultura digital, incorporará ainda diversas dimensões de monitorização e avaliação de impacto da iniciativa em diversos parâmetros, nomeadamente, motores, de humor e qualidade de vida dos participantes. Saliente-se a aproximação do papel da cultura e a sua convergência com o campo da promoção da saúde e do bem-estar no contexto social e comunitário. Através da sua contribuição ao nível de recursos artísticos, nomeadamente na dimensão da criação artística, possibilita a promoção de práticas artísticas e culturais que fomentam processos participativos e mobilizadores e que se encontram em diálogo com o sector da saúde, permitindo concomitantemente efetivar uma abordagem de caráter transformadora ao nível social.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **15.000,00 euros** com a Menosmuitomais, CRL, pessoa coletiva n.º 516 636 693, com sede na Rua Silva Porto, n.º 217, 4250-269 Porto, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.